14º Fórum da Internet no Brasil - Curitiba (PR)

Relatório Final - Workshop

Cenário Político Fraturado: O Impacto das Câmaras de Eco na Democracia e Políticas Digitais

Proponente e Moderadora:

Camilla Cynara Dias Barbosa: Graduada em Direito, pós-Graduanda em Direito Digital e Proteção de Dados, pesquisadora com trabalhos publicados sobre direitos das minorias e participação política. Participou do Programa Youth Brasil 2024, promovido pelo CGI.br e NIC.br, onde desenvolveu atividades relacionadas a governança da internet e adquiriu habilidades e conhecimentos durante a fase de Estudo Dirigido. É da região nordeste e membro da comunidade científica e tecnológica.

Co-proponente e Relator:

Igor José da Silva Araújo: Graduando em Direito pelo UniRios. Estagiário no Ministério Público de Pernambuco. Global Youth Ambassador pela ONG TheirWorld. Atua em trabalhos voluntários, ativismo e liderança jovem em diversos projetos nacionais e internacionais. Desenvolveu funções operacionais e científicas enquanto monitor técnico na Semana Científica do Agreste Pernambucano (SECAP). Já integrou a delegação do Programa Youth Brasil (CGI.br e Nic.br) em 2022. É da região nordeste e membro da comunidade científica e tecnológica.

Painelistas:

Giovana Tiziani: Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Promoção da Diversidade e Pluralismo na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Mestra em Economia do Setor Público pela UnB e Mestra em Administração Pública na EBAPE-FGV. É jornalista formada pela ECA-USP. Servidora do Ipea, com passagens pela EBC e AGU, atualmente pesquisa temas relacionados à implementação de políticas públicas no ambiente digital. Esteve representando a região Centro-Oeste e o setor Governamental.

Ana Clara Capiberibe: Graduanda em Ciências Ambientais pela UNIFAP. Fundadora da Embaixada Politize! Macapá e Coordenadora no Laboratório de Comunicação da ONG Engajamundo. Líder no Projeto Girl Up! da ONU e participante do encontro Elas na Política! (TSE) em Brasília. É jovem ativista e participa de diversas mobilizações relacionadas a engajamento político feminino e projetos socioambientais. Esteve representando a região Norte e o Terceiro-Setor.

Danúbia Silva: Graduanda em Relações Públicas, possui formação em Gestão Comercial, MBA em Gestão Estratégica de Vendas e Relacionamento, e especialização em ESG e Growth. Também possui várias Certificações em Diversidade, Inclusão e LGPD. Especialista em *Customer Experience* e palestrante sobre pautas raciais, feminismo, política e inclusão. Esteve representando a região Sudeste e o Setor Empresarial.

Gabriela Buarque: Advogada, Mestra em Direito pela UFAL, autora do livro "Responsabilidade civil e inteligência artificial: os desafios impostos pela inovação tecnológica". Coordenadora do GT de Inteligência Artificial e Novas Tecnologias no LAPIN. Secretária-Geral da Comissão de Inovação, Tecnologia e Proteção de Dados da OAB/AL. Esteve representando a região Nordeste e a Comunidade Científica.

Estruturação do Workshop

Objetivos e Resultados

No intuito de fomentar o debate, na propositura do painel estabelecemos como métrica os seguintes objetivos:

1. Promover uma compreensão do fenômeno das câmaras de eco.

2. Examinar como essas bolhas informativas contribuem para a polarização política, reduzem o espaço para o debate construtivo e desafiam a participação ativa dos cidadãos na esfera pública digital.

3. Explorar estratégias mitigadoras para combater os riscos associados às câmaras de eco, envolvendo a discussão de regulamentações adequadas, iniciativas de educação digital e conscientização pública.

4. Impulsionar a diversidade e inclusão na esfera política digital, destacando como as bolhas afetam grupos minoritários e identificar formas de ampliar suas vozes e garantir uma representação equitativa no ambiente político online.

Ao colocar a questão central da polarização causada pelas câmaras de eco sob uma perspectiva pluralista, chegamos a resultados que conversaram muito bem com os objetivos iniciais.

Acreditamos ter restado claro os principais aspectos sobre esse fenômeno sociológico e que transcende os espaços, que são as câmaras de eco, mostrando que há uma problemática vigente associada a modulação do pensamento coletivo através do viés de confirmação ideológica perpetuado em ambientes digitais e reforçados por meio de *Fake News*, o que representa um alto risco a democracia.

Nesse sentido, as abordagens realizadas pelas painelistas levaram a refletir estratégias que possam ser implementadas tanto por iniciativas governamentais e do Poder Público, como pela iniciativa privada e o terceiro setor, trabalhando a ideia

de formação do senso crítico no cidadão digital para promoção de uma participação segura e livre na rede.

Também foram tratados pontos relativos a diversidade e inclusão, pensando na participação política da juventude e a urgência em difundir a necessidade de engajamento cívico por meio das redes sociais, que buscam se eximir do papel interativo ostentando uma posição enquanto “plataformas de entretenimento” quando na verdade também proporcionam ferramentas que devem ser analisadas em vista dos potenciais prejuízos que podem causar (como àquelas que possuem a opção de restringir o alcance de determinadas publicações a usuários pré-selecionados, corroborando com a estrutura da câmaras de eco).

Por fim, podemos mencionar que foram abordadas também as condições de sub-representação das minorias políticas (pessoas pretas, pessoas LGBTI+) uma vez que a radicalização de opinião formado do discurso de ódio atinge essencialmente tais grupos, enfatizando formas de articulação para combater esse preconceito e a primordialidade em construir espaços de discussão e instrumentos que possibilitem a alçadas desses grupos a locais de poder e de tomada de decisão. Nesse sentido, embora não tenhamos exaurido a temática, os objetivos foram alcançados na medida que propusemos debate aberto e reflexivo que lança luz sobre vários pontos associados a problemática inicial que são e serão considerados na elaboração de propostas futuras.

Justificativa em Relação à Governança da Internet

O estudo das câmaras de eco é crucial para a governança da Internet, pois afeta a qualidade do debate público e a saúde da democracia. As câmaras de eco criam divisões e polarização político-ideológica, influenciando o comportamento político e a construção do conhecimento informativo dos cidadãos.

Este tema aborda questões críticas que afetam não apenas a forma como interagimos online, mas também o futuro da democracia e das políticas digitais. Em um mundo cada vez mais conectado, as mídias sociais desempenham um papel significativo na disseminação de informações e na formação de opinião. No entanto, as *Echo Chambers*, ou Câmaras de Eco, representam uma ameaça à qualidade do debate público e à saúde da democracia. Essas câmaras isolam os indivíduos em bolhas de informação que confirmam suas crenças, criando divisões profundas e polarização político-ideológica.

A compreensão desse fenômeno é fundamental para a governança da Internet, uma vez que influencia diretamente a construção do conhecimento informativo e o comportamento político dos cidadãos. O *workshop* proposto busca explorar essa questão de maneira aprofundada, analisando como as câmaras de eco operam, como afetam as políticas digitais e quais são suas implicações para a democracia em uma perspectiva multissetorial.

Ao reunir especialistas, pesquisadores, formuladores de políticas e representantes da sociedade civil, o *workshop* promove um diálogo diversificado e interdisciplinar. Isso é crucial para identificar soluções eficazes para combater os efeitos prejudiciais das *Echo Chambers* e promover políticas que garantam uma Internet mais saudável e democrática.

Além disso, este tema ressalta a necessidade de uma abordagem equilibrada entre liberdade de expressão e combate à desinformação. Como a Internet continua a desempenhar um papel central na política e na sociedade, é essencial encontrar maneiras de garantir que as informações sejam precisas, transparentes e responsáveis, ao mesmo tempo em que preservamos os princípios e direitos fundamentais que regem as relações humanas em qualquer âmbito.

Metodologia e Formas de Participação

Com o propósito de movimentar o público presente e remoto, optou-se por um início em que já foi introduzida uma dinâmica participativa através da plataforma *padlet*. Os ouvintes foram instruídos sobre como poderiam contribuir, enviando *prints* da seção *explorar* da rede *Instagram* ou aba *for you* da rede X, onde a proposta seria exemplificar como o algoritmo de seleção de conteúdo corrobora para a reincidência de um mesmo "nicho" em que o usuário consome apenas seus interesses predefinidos, dificultando o acesso a novos *posts* de variados assuntos e facilitando sua inserção em uma bolha informativa.

A iniciativa já estava ocorrendo antes mesmo do painel ser iniciado na programação oficial, e o engajamento obteve êxito, uma vez que foram recebidos mais de 30 prints de variadas redes, com aumento dos envios durante a discussão ativa.

Após a breve contextualização da dinâmica, passamos a apresentação da temática e elucidação dos pontos abordados do *workshop* pela moderadora, então, a palavra foi direcionada as painelistas, que tiveram 10 minutos para exporem seus pontos de vista e explorarem as questões relacionadas ao *workshop* de acordo com o que mais se relacionava a sua atuação profissional.

Findado o bloco de discussão, o painel foi aberto para participação do público através de questionamentos e/ou intervenções, sistematizando entre três perguntas realizadas- respostas das painelistas e mais perguntas ao final, seguidas pelas considerações finais.

Síntese dos Debates

Posicionamentos e Propostas Apresentadas

A tabela abaixo expõe de forma sistemática e mais específica como o debate se desenvolveu através das perspectivas levantadas pelas painelistas.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Posicionamento - **Gabriela Buarque (UFAL)**	Explorou como as câmaras de eco moldam o comportamento político através da seleção algorítmica de conteúdo nas redes sociais, influenciando diretamente a percepção e o engajamento dos usuários. Enfatizou a importância de educar os usuários sobre a validação de informações para promover um debate mais informado e construtivo. Desenvolveu estratégias específicas para regular plataformas digitais sem comprometer a liberdade de expressão, sugerindo abordagens flexíveis que se adaptem à evolução rápida do cenário digital.	Consenso com Giovana sobre a necessidade de transparência na operação das plataformas. Consenso com Danúbia sobre o impacto do uso exclusivo do WhatsApp entre grupos vulneráveis. Consenso com Ana Clara sobre a importância de educar os usuários.	Capitalização do ódio, problemas de acesso à internet entre determinadas localidades e uso quase exclusivo de certos aplicativos por grupos vulneráveis. Alternativas para a monopolização das plataformas a partir da regulamentação.
Posicionamento - **Danúbia Silva (Consultora Empresarial)**	Enfatizou a necessidade de estratégias práticas para promover a diversidade e a inclusão na política digital, argumentando que as bolhas informativas marginalizam ainda mais grupos minoritários. Apoiou a ideia de regulamentações que respeitem a diversidade de opiniões e garantam a participação igualitária, com foco na população negra e periférica. Avaliou a eficácia das atuais iniciativas de educação digital e propôs medidas	Consenso com Gabriela sobre o impacto do uso exclusivo do *WhatsApp* entre grupos vulneráveis. Consenso com Giovana sobre a sustentabilidade do jornalismo e fomento a mídias diversas e plurais. Dissenso com Ana Clara sobre a necessidade de iniciativas educacionais específicas (abordou mais estratégias	Uso do *WhatsApp* como principal fonte de interação e informação para grupos vulneráveis. Importância de estabelecer rede de relações para alcance maior do conteúdo e ocupar espaços. Questões relacionadas ao uso de inteligência artificial no processo de seleção.

	específicas para fortalecê-las e expandir seu alcance.	práticas).	
Posicionamento - **Ana Clara (Politize!)**	Concentrou-se na influência das câmaras de eco na participação cívica, especialmente entre os jovens e minorias, destacando a limitação do acesso a informações diversas. Explanou sobre o impacto negativo das câmaras de eco na confiança pública nas instituições democráticas, enfatizando a importância de aumentar a transparência nas informações.	Consenso com Giovana, Danúbia e Gabriela sobre a necessidade de aumentar a transparência nas informações. Dissenso com Giovana sobre foco em iniciativas governamentais específicas (abordou mais a participação cívica).	Evasão eleitoral causada por descrédito no sistema, alimentado por *fake news* e correntes antidemocráticas que atacam o voto por urna eletrônica. Sugestão: coleta de dados para acompanhar evolução do pensamento a partir das novas estratégias de combate à desinformação em relação a pautas eleitorais. Fortalecimento de grupos de educação ambiental.
Proposta - **Ana Clara (Politize!)**	Sugeriu iniciativas educacionais específicas que capacitem os cidadãos a navegar de maneira crítica no ambiente digital, promovendo inclusão e diversidade na esfera política.		
Posicionamento e Propostas - **Giovana Tiziani (SECOM)**	Destacou como as câmaras de eco influenciam a polarização política ao criar bolhas informativas que reforçam crenças pré-existentes dos usuários. Propôs estratégias específicas para o desenvolvimento de regulamentações adaptáveis. Sublimou a importância de regulamentações eficazes que possam mitigar os efeitos prejudiciais das câmaras de eco, protegendo ao mesmo tempo a liberdade de expressão.	Consenso com Gabriela sobre a necessidade de transparência na operação das plataformas. Consenso com Danúbia sobre o fomento a sustentabilidade do jornalismo e as mídias diversas e plurais, em especial, no que se refere a população negra. Dissenso com Ana Clara sobre o impacto das câmaras de eco na participação cívica	Queda na confiança da imprensa. Centralização das informações oficiais do governo. Estratégia para educação midiática junto ao MEC, capacitação de professores, sustentabilidade do jornalismo e fomento a mídias diversas e plurais.

	Citou iniciativas governamentais em desenvolvimento e ativas, como: Brasil Contra Fake, Comunica Br, Saúde Consciência, e Iniciativa Global para Integridade das Informações sobre Mudanças Climáticas.	(não mencionou esse aspecto).	

Sessão de Perguntas e Respostas

Perguntas:

Yuri, representando o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin), perguntou sobre a campanha #LiberemMinhaNet, liderada pela Coalizão Direito na Rede, que aborda a legalidade das tarifas de zero rating. Após explicar o que seria Zero Rating em sua visão, ele demonstrou interesse sobre a perspectiva de Gabriela Buarque sobre essa campanha e política, considerando que muitos ainda naturalizam essa prática sem compreender sua ilegalidade ou o impacto prejudicial, especialmente para os jovens eleitores que estão começando a se envolver mais ativamente na cidadania e no processo político. Yuri também quis entender como Gabi enxerga o impacto dessa prática, em relação aos contextos mencionados anteriormente sobre desinformação.

Eduarda Poino, ex-ciberativista e mestranda em Desenvolvimento Social na Unimontes, trouxe à discussão o impacto das câmaras de eco, destacando como esses fenômenos de personalização exacerbada nas redes sociais tendem a reforçar preconceitos e pensamentos pré-concebidos. Ela questionou como essa dinâmica afeta o ciberativismo, sugerindo que aqueles predispostos a seguir páginas ou adotar comportamentos ciberativistas podem ser menos eficazes na promoção de mudanças sociais significativas.

Por outro lado, **Rafaela Ferreira**, pesquisadora no Instituto de Referência Internet Sociedade (IRIS BH) e mestranda em Direito Regulatório na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, focou no tema do devido processo na moderação de conteúdo online. Ela expressou preocupação com o Projeto de Lei 2630 e seus potenciais impactos no processo regulatório das plataformas digitais, questionando como garantir estruturas de governança eficazes que não dependam exclusivamente do poder legislativo, frequentemente imerso em controvérsias políticas e morosidade.

Por fim, **Gustavo**, especialista em sistemas cognitivos artificiais com vasta experiência em algoritmos e ciências sociais, destacou durante sua intervenção a evolução da modulação comportamental nas plataformas digitais, como o Instagram, que agora privilegia vídeos perceptuais sobre texto, influenciando decisões de usuários mais por aspectos emocionais do que racionais. Ele questionou como o governo e outras entidades estão considerando essas mudanças na arquitetura de redes para estudar casos e formular políticas, dado que a ênfase na qualidade da informação não é suficiente para influenciar decisões coletivas em ambientes digitais que promovem cismogênese micro e cansaço emocional.

Respostas:

Gabriela Buarque: Para a pergunta de Yuri sobre a campanha #LiberemMinhaNet e a associação com o aumento da desinformação, Gabriela concordou que o zero rating pode contribuir para a propagação de desinformação. Ela destacou que a baixa conectividade no Brasil leva muitas pessoas a acessarem informações exclusivamente pelo WhatsApp, onde há uma rápida circulação de mensagens e uma sensação de anonimato. Isso pode facilitar a disseminação de informações não verificadas de maneira frenética. Gabriela enfatizou a necessidade de associar a integridade informacional com a questão da conectividade, defendendo uma perspectiva de mídias mais plurais e diversificadas para mitigar esse problema. Ela também mencionou a concentração de poder em poucas plataformas como um fator que intensifica esses desafios.

Quanto à pergunta de Rafaela sobre o devido processo na moderação de conteúdo online, Gabriela ressaltou a importância dessa ferramenta no contexto do combate à desinformação. Ela argumentou que o devido processo legal é essencial para equilibrar os interesses envolvidos, protegendo os usuários contra possíveis abusos na moderação de conteúdo. Gabriela indicou a necessidade de transparência nas práticas de moderação, permitindo que os usuários contestem exclusões consideradas indevidas e se expliquem, evitando assim práticas abusivas que poderiam ser interpretadas como censura privada. Ela mencionou a complexidade de operacionalizar esse processo, defendendo iniciativas multissetoriais e independentes que possam avaliar as práticas das plataformas com imparcialidade.

Gabriela destacou que a dependência exclusiva da tramitação legislativa pode ser insuficiente para lidar com os desafios da regulação tecnológica, enfatizando a necessidade de abordagens mais amplas e inclusivas que envolvam tanto o setor privado quanto entidades independentes.

Giovana Tiziani: A partir de uma perspectiva interessante sobre as câmaras de eco e polarização, a palestrante abordou o ciberativismo e questões relacionadas à diversidade de opiniões no ambiente digital.

Ela argumentou que o conceito de câmara de eco e polarização nem sempre reflete toda a realidade digital, destacando que polarizações políticas têm existido ao longo do tempo em diferentes contextos. Giovana enfatizou a importância de não desqualificar automaticamente opiniões ideológicas ou ativismos, pois eles são essenciais para um debate saudável e inclusivo. Ela mencionou que campos como a ciência e o jornalismo buscam uma abordagem baseada em fatos e neutralidade, evitando dar espaço a opiniões sem fundamento, como o negacionismo científico.

Além disso, Giovana abordou como as pessoas escolhem, voluntariamente, participar dessas câmaras de eco, muitas vezes motivadas pela insegurança ou por se sentirem isoladas socialmente. Ela ressaltou, ainda, que políticas públicas devem abordar essas questões sociais subjacentes, como o abandono de certos grupos pela sociedade, que pode levar à amplificação de problemas no ambiente digital.

Ao finalizar sua fala, Giovana sugeriu que iniciativas de política pública poderiam ajudar a reconectar essas comunidades vulneráveis, como os idosos, ao sentir que o Estado está presente e cuidando deles. Ela reconheceu que isso não é apenas responsabilidade do governo atual, mas também resultado de anos de negligência por parte de diferentes administrações.

Ana Clara Capiberibe: Em uma perspectiva complementar à discussão, focando nos impactos do ativismo digital na saúde mental e na importância de desconectar e promover formas de comunicação mais acessíveis e baseadas em fatos, Clara concordou com Eduarda sobre como o ativismo digital pode levar ao adoecimento, destacando que a constante exposição a informações e a pressão para estar sempre online podem ser prejudiciais.

Ana Clara mencionou seu trabalho com uma escola ribeirinha de Ensino Médio, onde a falta de energia à noite e a dificuldade com a conexão à internet mostram a necessidade de adaptar formas de comunicação mais adequadas às realidades locais, focando em uma perspectiva micro para que seja possível fortalecer a realizade macro.

E, por fim, enfatizou a importância de trazer o ativismo para o *offline*, onde ela se sente mais confortável e vê oportunidades para um diálogo mais direto e construtivo. Ela mencionou seu envolvimento em diversos projetos voluntários, destacando a necessidade de equilibrar o ativismo *online* com ações concretas e presenciais, capazes de proporcionar uma pausa necessária para evitar o esgotamento.

Danúbia Silva: Danúbia, representante do setor empresarial, destacando a importância de escolher cuidadosamente as batalhas nas quais se envolver no ativismo digital, enfatizou que não é viável lutar em todas as frentes e mencionou que a concentração de seus esforços em mentorar mulheres negras e outras em situação de vulnerabilidade.

Danúbia compartilhou sua estratégia pessoal de se distanciar das redes sociais, especialmente do Instagram, devido à frequente exposição a relatos de racismo. Para preservar sua saúde mental, ela se foca em cuidar das mulheres que mentora e cria um espaço de apoio mais direto e pessoal. Essa escolha, no seu ponto de vista, não só a protege emocionalmente, mas também permite que ela faça uma diferença significativa no nível micro, na esperança de contribuir para uma melhoria no cenário mais amplo.

Ela reconhece a dificuldade de filtrar informações e vieses diariamente, ressaltando a importância de cada indivíduo encontrar maneiras sustentáveis de se engajar sem comprometer seu bem-estar. A palestrante finalizou a fala enfatizando a necessidade de cuidar de si mesma para não sucumbir ao impacto negativo das múltiplas frentes de batalha do ativismo contemporâneo.

*Obs: O questionamento de Gustavo foi respondido após o encerrado do painel devido ao tempo que fora excedido.

Considerações Finais

O painel reuniu uma gama diversificada de perspectivas, desde especialistas em tecnologia até ativistas sociais, todos buscando entender e abordar as complexidades das bolhas informativas que moldam nosso discurso público e político.

Uma das questões centrais que emergiram dos debates foi a necessidade urgente de regular as plataformas digitais de maneira que promova uma maior transparência e responsabilidade. As câmaras de eco não apenas reforçam crenças pré-existentes, mas também exacerbam a polarização política ao criar e manter bolhas de informação onde opiniões divergentes são cada vez menos visíveis.

Gabriela, ao destacar a importância da integridade informacional associada à conectividade, trouxe à tona o impacto do "zero rating" na disseminação de desinformação, especialmente entre os jovens eleitores. Sua visão de mídias mais plurais e diversificadas oferece uma direção para mitigar esses problemas, destacando a necessidade de ampliar o acesso à informação de qualidade.

Danúbia, por outro lado, trouxe uma perspectiva única ao discutir como as bolhas informativas afetam grupos minoritários, como mulheres negras, enfatizando a importância de estratégias de inclusão que respeitem e promovam a diversidade. Sua abordagem de se distanciar das redes sociais para preservar a saúde mental e concentrar esforços em ações micro reflete uma adaptação necessária diante das complexidades do ativismo digital.

A discussão também se estendeu para além das plataformas, considerando o papel do governo e das políticas públicas na regulação eficaz. Giovana ressaltou a

necessidade de reconectar comunidades vulneráveis, como os idosos, ao debate público, enfatizando a importância de iniciativas que não apenas combatam a desinformação, mas também fortaleçam a confiança nas instituições democráticas.

Ana Clara trouxe uma reflexão sobre o ciberativismo e a necessidade de equilibrar o ativismo online com ações offline, sublinhando como a constante exposição online pode afetar negativamente a saúde mental dos ativistas. Em adição a isso, sua experiência no terreno, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas com limitações de infraestrutura digital, destacou a necessidade de adaptar estratégias de comunicação à realidade local.

Ao final, todo o aparato exposto destacou a importância de políticas públicas adaptáveis que promovam um ambiente digital mais inclusivo e democrático. O workshop, de forma leve e dinâmica, não apenas enriqueceu o debate acadêmico, social e científico, mas também ofereceu diretrizes práticas para enfrentar os desafios contemporâneos da governança da internet, fortalecendo os fundamentos da democracia na era digital.

Integrando o FIB14, o painel foi um marco na compreensão dos efeitos “invisíveis” presentes nas redes sociais e suas implicações para a sociedade contemporânea, o que, diante das perspectivas compartilhadas pelos participantes, ressaltam a necessidade de colaboração multissetorial e abordagens inovadoras para construir um ambiente digital mais justo, informado e inclusivo para todos os cidadãos.